



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2007

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº	014/2007
PROCESSO N.º	200700047003467
DATA DA ABERTURA	29/01/2008
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO	13:30
LOCAL DA REALIZAÇÃO	Sala dos Conselheiros Aposentados do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, situado no Bloco Anexo da Presidência, 1º Andar, Praça Pedro Ludovico Teixeira, n.º 332, Centro, Goiânia – Go.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Cívica, n.º 332, Centro, telefones: (62) 3201-9028 e (62) 3201-9060, por intermédio do pregoeiro e da equipe de apoio instituídos pela Portaria n.º 146/2007, torna público o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL n.º 014/2007**, processo n.º 200700047003467, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que será regido pela Lei federal n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, no que couber, pelas disposições contidas na Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste edital, **objetivando a aquisição de 180 (cento e oitenta) cadeiras ergonômicas - Lote I, 08 (oito) cadeiras empilháveis - Lote II e 02 (duas) Mesas de Leitura, redondas para 04 (quatro) pessoas - Lote III**, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I, para atender as necessidades deste Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão presencial será realizada na **sala dos Conselheiros Aposentados do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, situado no Bloco Anexo da Presidência, 1º Andar, Praça Pedro Ludovico Teixeira, n.º 332, Centro, Goiânia – Go** e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 146/07.

O edital e as informações complementares poderão ser obtidas pela internet no site: www.tce.go.gov.br, pelo e-mail: cpl@tce.go.gov.br, ou junto ao pregoeiro e/ou equipe de apoio no endereço ou telefones indicados no preâmbulo deste edital (Bloco C, 3º Andar, Coordenação de Fiscalização Estadual – CFE).

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de 180 (cento e oitenta) cadeiras ergonômicas - Lote I, 08 (oito) cadeiras empilháveis - Lote II e 02 (duas) Mesas de Leitura, redondas para 04 (quatro) pessoas - Lote III para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, que integra este edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

2 - DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o **credenciamento**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1 – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

a) tratando-se de representante legal, o estatuto, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) O licitante que invocar os benefícios de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a declaração de atendimento deste requisito (Anexo II) juntamente com a documentação para credenciamento, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

3.1.2 – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ANEXO II

a) As empresas que optaram pela condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão declarar-se como tais nos termos do **Anexo II**.

b) A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista na alínea "e" do subitem 13.1 do item 13 deste edital.

3.1.3 – PLANILHA MODELO DE CREDENCIAMENTO – ANEXO III

a) Para o credenciamento prévio, os representantes legais apresentarão um documento na forma da **Planilha Modelo de Credenciamento (Anexo III)**, em duas vias: **(1)** uma **impressa** e **(2)** uma **cópia digital**, em **disquete ou cd**.

b) O **arquivo digital** para preenchimento dos dados do credenciamento de que trata a **alínea "a"** será fornecido pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio no momento do recebimento do edital ou obtido pela internet, no site do TCE-GO: www.tce.go.gov.br.

c) Os **documentos** e o **arquivo digital** previstos nas **alíneas "a" e "b"** deste **item 3.1.3** deverão ser apresentados de forma apartada dos **Envelopes n.º 01 e n.º 02 (Proposta e Habilitação)**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

d) A não apresentação do **arquivo digital** não inabilitará o licitante, entretanto é relevante apresentá-lo para proporcionar maior agilidade ao procedimento licitatório.

3.1.4 – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO – ANEXO IV

A licitante deverá apresentar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação de forma apartada dos **Envelopes n.º 01 e n.º 02 (Proposta e Habilitação)**, segundo a orientação do **item 4.1** e do **Anexo IV** do Edital.

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se, exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4 - A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará na imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do pregoeiro.

4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A **DECLARAÇÃO** de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no **Anexo IV** do edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes n.º 01 e n.º 02 (Proposta e Habilitação).

4.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Envelope nº 1 – Proposta
Pregão nº 014/2007
Processo nº 200700047003467

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Envelope nº 2 – Habilitação
Pregão nº 014/2007
Processo nº 200700047003467

4.3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

4.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio.

5 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

A proposta será apresentada de acordo com os termos do Edital, na forma do **Anexo V**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

a) a **PLANILHA MODELO DE PROPOSTA – ANEXO V** será apresentada em via impressa, na forma do item 5.1.

5.1 – PLANILHA MODELO DE PROPOSTA – ANEXO V

A proposta de preço deverá observar as condições constantes do **Anexo I – Termo de Referência**, e ser apresentada de acordo com o **Anexo V – Planilha Modelo de Proposta**, que conterà os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual / Municipal;

b) número do processo e deste pregão;

c) a descrição do(s) objeto(s) da presente licitação, em conformidade com as especificações do **Anexo I** deste edital, contendo a marca do objeto a ser fornecido, o preço unitário e total, numérico e por extenso, que deverá corresponder às especificações mínimas do edital;

d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias, contados do dia da abertura da sessão pública. Não constando o prazo de validade ou sendo este inferior, considerar-se-á os 60 dias;

5.1.1 - A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes no dia de realização da primeira sessão de processamento do pregão.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

6.1 - O Envelope n.º 02 - "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

6.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do subitem 6.1.1. não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste pregão.

6.1.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para fornecimento dos móveis especificados no(s) lote(s) interessado(s), mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, especificando as características pertinentes ao objeto licitado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

6.1.3 - REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF).

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal (Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante, na forma da lei.

d) certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.4 – OUTRAS DECLARAÇÕES

6.1.4.1 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V, DA LEI N.º 8.666/93

DECLARAÇÃO de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos. (**Anexo VI**).

6.1.4.2 - DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

DECLARAÇÃO de inexistência de fato impeditivo de contratar com a Administração Pública (**Anexo VII**).

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 - É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos, relacionados no subitem 6.1.1; no subitem 6.1.3, alíneas “a” a “c”, todos deste item 6, pelo Certificado de Registro Cadastral para participar de licitações junto à Administração Direta ou Indireta do Estado de Goiás, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, dentro do prazo de validade. Os documentos constantes do CRC, que estejam com os respectivos prazos de validade vencidos, deverão ser apresentados.

6.2.1.1 - O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados no subitem 6.1.2, subitem 6.1.3, alínea “d”, no subitem 6.1.4 deste item 6, devendo ser apresentados por todas as licitantes.

6.2.2 - Na hipótese de não constar o prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.2.3. A apresentação da documentação exigida no edital estende-se às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, as quais deverão ainda comprovar a sua condição para que recebam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declarando-a sob as penas da lei (Anexo II).

6.2.3.1. Se a documentação enviada nos termos do subitem anterior for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para re-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

gularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

6.2.3.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 - No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do pregão presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de quinze (15) minutos, sendo que todas as fases do procedimento serão realizadas mediante sistema eletrônico de gerenciamento adotado pelo pregoeiro e equipe de apoio e projetado em tela ampla através de “data show ou monitor”, para acompanhamento de todos os presentes;

7.2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.3 - A análise das propostas pelo pregoeiro será feita seqüencialmente, e visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital.

7.3.1 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5 - O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço global de fornecimento do mobiliário, por lote, e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

7.5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, **a partir do VALOR GLOBAL do LOTE licitado**, sempre inferiores à proposta de menor preço global. O pregoeiro poderá estabelecer lances mínimos na sessão de abertura do pregão.

7.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.8.1 – Apurado o menor preço e sendo este proposto por licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro verificará se dentre as demais classificadas há presença de empresa que assim se enquadre.

7.8.2 – Nesta hipótese, caso ocorra empate entre as propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficará assegurado, às microempresas ou empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação.

7.8.2.1 – Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao último lance.

7.8.2.2 – Havendo empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do **subitem 7.8.2.1**, poderá apresentar novo lance inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

Observação: O novo lance deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nas hipóteses do **subitem 7.8.2.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 7.8.2.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.8.2.3 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, depois da fase de negociação.

7.9 - O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

7.10 - Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1 - O pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

7.11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro passará para fase de habilitação, procedendo à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante vencedor.

7.12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.12.1 - A verificação será certificada pelo pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.12.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - No final da sessão, o pregoeiro ofertará a palavra aos licitantes para pronunciamento e/ou motivação fundamentada sobre a intenção de interpor recurso, que será decidido imediatamente, e em seguida, caso não haja o recebimento ou a interposição de recurso, poderá julgar na própria sessão ou em ato posterior, mediante comunicação.

8.1.1 – Caso haja a interposição e o recebimento do recurso, abrir-se-á o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 - Interposto o recurso, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente decidirá sobre a homologação do procedimento licitatório.

8.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 - Local / Prazo de Entrega - Os prazos para início da entrega do objeto iniciará na data da assinatura do competente contrato de fornecimento;

9.2 – No ato da entrega, a Divisão Administrativa do TCE acompanhará o recebimento do objeto, quando terá o prazo de 01 (um) dia útil para examinar o quantitativo e qualitativo e emitir o competente atestado;

9.3 - O aceite dos produtos pelo TCE não exclui a responsabilidade civil da Contratada, por vícios de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital, atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se ao TCE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.4 – Os produtos deverão atender à legislação a eles pertinentes;

9.5 – O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia posterior à apresentação da fatura e regular liquidação;

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - As condições contratuais constam da minuta de contrato, **Anexo VIII** deste Edital.

10.2 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o TCE emitirá as **notas de empenho** e firmará o contrato com o(s) **LICITANTE(ES) VENCEDOR(ES)**, visando o fornecimento do objeto desta licitação, nos termos da minuta que integra este edital.

10.3 - O(s) **LICITANTE(S) VENCEDORE(S)** terá(ão) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) **LICITANTE(S) VENCEDORE(S)** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TCE.

10.4 - A recusa injustificada do(s) **LICITANTE(S) VENCEDORE(S)** em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitá-lo-á, ainda, à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 12 (doze) meses.

10.5 - No ato da contratação, o(s) **LICITANTE(S) VENCEDORE(S)** deverá(o) apresentar documento ou procuração devidamente reconhecida em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa;

10.6 - A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo(s) **LICITANTE(S) VENCEDORE(S)**, na data da assinatura.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

11.1 - A aquisição do objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária: 2008.0201.01.032.3002.2.035, grupo 04 (investimento), naturezas de despesa 4.4.90.52.24 (mobiliário em geral), constante do Orçamento Geral do Estado de Goiás para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás no corrente exercício.

12 - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

13 – DAS PENALIDADES

13.1 – Pelo descumprimento injustificado das condições do edital durante a licitação, ou pela inexecução das condições de fornecimento estipuladas neste edital e seus anexos, **em especial quanto ao prazo de garantia dos bens**, o licitante ou a Contratada ficarão sujeitos, conforme a gravidade do ato, às seguintes penalidades:

a) advertência, nos casos de menor gravidade;

b) multa, na forma do item 13.2;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o TCE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem ou motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que acontecerá sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos. Aplicável em ocorrências que denotem dolo no atraso ou inexecução do contrato, fraude, falsidade documental, desinteresse ou qualquer atitude inidônea do contratado na execução do contrato ou durante a licitação;

e) impedimento para licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, na forma do art. 7º, da Lei 10.520/2002. Aplicável em ocorrências de denotem dolo no atraso ou inexecução do contrato, fraude, falsidade documental, desinteresse ou qualquer atitude inidônea do contratado na execução do contrato ou durante a licitação.

13.2. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

a) recusa injustificada do licitante vencedor em receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido: 20 % (vinte por cento) sobre valor dos bens;

b) atraso de até 30 dias, a contar do término do prazo estipulado; 0,3% (três décimo por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos bens;

c) atraso superior a 30 dias, a contar do término do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor dos bens, cumulativamente com a multa do item 13.2, "b";

d) recusa injustificada do licitante vencedor em cumprir as condições pactuadas no que diz respeito à garantia dos bens adquiridos: 10% (dez por cento) do valor dos bens.

13.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

13.4 - As multas deverão ser recolhidas na conta bancária do TCE a ser informada, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo o TCE descontá-las, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente, caso existam.

13.5. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuadas as perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

13.6 - A contratada, se não puder cumprir os prazos estipulados para o fornecimento total ou parcial, do objeto desta licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

13.7 A aplicação da penalidade ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

14.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

14.3 - Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pelo pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

14.4 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Coordenação de Fiscalização Estadual do Tribunal, no mesmo endereço, durante 10 (dez) dias após a publicação do contrato, findos os quais poderão ser destruídos.

14.5 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

14.6 - A petição será dirigida ao Presidente do Tribunal, por intermédio do pregoeiro, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil;

14.6.1 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

14.7 - Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8 - Integram o presente edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Declaração para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo III – Planilha Modelo de Credenciamento

Anexo IV – Declaração de Atendimento à Habilitação

Anexo V – Planilha Modelo de Proposta

Anexo VI – Declaração de Atendimento ao art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93

Anexo VII – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo

Anexo VIII – Minuta da Carta-Contrato

14.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da capital de Goiás.

14.10 – É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

14.11 – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

14.12 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tce.go.gov.br) ou no Diário Oficial do Estado;

14.13 – A participação do proponente nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste edital.

Comissão Permanente de Licitações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em 09 de janeiro de 2008.

VICTOR DEUSDARA CRUVINEL
EQUIPE DE APOIO

PABLO CARVALHO LEITE
PREGOEIRO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1 Aquisição de 180 (cento e oitenta) cadeiras ergonômicas - Lote I, 08 (oito) cadeiras empilháveis - Lote II e 02 (duas) Mesas de Leitura , redondas para 04 (quatro) pessoas - Lote III, conforme especificado neste termo de referência, para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

2. VALORES ESTIMADOS

LOTE	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	Cadeira Ergonômica	180	R\$ 693,60	R\$ 124.848,00
II	Cadeira Empilhável	08	R\$ R\$ 1.086,75	R\$ 8.694,00
III	Mesa de Leitura	02	R\$ 822,66	R\$1.645,32

3. DO RECEBIMENTO E ACEITE DOS BENS

3.1 A entrega dos bens será fiscalizada por uma Comissão Especial de recebimento, com autoridade para exercer como representante da Administração toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual, tal como verificar a adequação do mobiliário às especificações exigidas, a correta montagem, instalação e colocação dos bens e de todos os acessórios, bem como efetivar os testes necessários à caracterização da qualidade e funcionalidade .

3.2 Os bens deverão ser entregues no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento pela Contratada da ordem de fornecimento, a qual será expedida pela Divisão Administrativa após a emissão da Nota de Empenho da despesa.

3.3 O recebimento dos bens pela **FISCALIZAÇÃO** dar-se-á em duas etapas:

a) provisoriamente, no ato da entrega, instalação e montagem do mobiliário, com a conferência preliminar da adequação dos bens entregues à quantidade e qualidade determinadas no edital e seus anexos;

b) definitivamente, no prazo de 25 dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, mediante análise que comprove suficientemente a conformidade dos bens entregues com os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4 Os bens deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas.

3.5 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que acarrete atraso na entrega do objeto, no prazo previsto neste Termo de Referência, deve(m) o(s) adjudicatário (s) submeter à matéria, por escrito à Divisão Administrativa do TCE-GO com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida para análise e decisão desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

3.6 Na hipótese de ser verificada a impropriedade ou irregularidade de quaisquer dos bens no ato da entrega, os mesmos serão imediatamente rejeitados no todo ou em parte, a critério da **FISCALIZAÇÃO** responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. DO PRAZO DE GARANTIA

4.1 05 (cinco) anos contra quaisquer defeitos de fabricação e montagem/instalação, contados do recebimento definitivo.

4.2 05 (cinco) anos para manutenção em linha de todos os bens (inclusive componentes) contados do recebimento definitivo.

5. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 A assistência técnica deverá ser prestada mediante manutenção corretiva (por intermédio da licitante ou de sua credenciada, se for o caso) de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

5.2 Entende-se por manutenção corretiva àquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo entre outras coisas, a substituição dos bens ou de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3 - A manutenção corretiva deverá ser realizada em dias úteis, das 8 às 18 horas.

5.3.1 O início do atendimento não poderá ultrapassar os prazos máximos de 24 (vinte e quatro) horas, se na Sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, contados da solicitação efetuada;

5.3.2 O término do atendimento, efetivado com a entrega dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 72 (setenta e duas) horas na Sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás contadas do início do atendimento considerando-se, ainda o seguinte: a) **início do atendimento:** momento da chegada do técnico ao local onde instalado o bem ; b) **término do atendimento:** a sua disponibilidade para uso, em perfeitas condições.

5.3.3 Havendo necessidade de troca de peças, o término do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) dias, contados da solicitação efetuada.

5.4 Decorridos os prazos estabelecidos nas alíneas acima sem o atendimento devido fica o Tribunal de Contas do Estado de Goiás autorizado a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete perda da garantia estipulada.

5.5 Havendo necessidade de encaminhamento do bem para qualquer outra cidade, a Contratada deverá tomar todas as providências necessárias, arcando com todos os custos atinentes à retirada e devolução do mesmo ao local onde se encontra instalado.

5.6. O bem deverá ser trocado por outro novo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos se os defeitos não forem corrigidos a contento a critério da Administração.

5.7. O bem que apresentar num período de 2 (dois) meses mais de 3 (três) defeitos, deverá ser substituído, obrigatoriamente, por outro novo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

5.8 A assistência técnica deverá ser prestada no local onde se encontrar o bem.

6 . DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

6.1 Representantes da Comissão: Carlos Augusto Quinta, Letícia Jardim de Paiva e Ana Cristina de Castro Abreu Almeida. - Telefones (62) 3201-9023

Divisão Administrativa do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, Goiânia, em 09 de janeiro de 2008.

CARLOS AUGUSTO QUINTA
DIRETOR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

ESPECIFICAÇÃO DOS MÓVEIS

LOTE I - CADEIRAS ERGONÔMICAS

OBJETO: CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS, COM REGULAGES DE BRAÇO, ENCOSTO E ALTURA.

Nome da variável	Unidade	Valores	
		mínimo	máximo
Altura da superfície do assento (intervalo de regulagem)	milímetro	420	500
Largura do assento	milímetro	400	-
Profundidade da superfície do assento	milímetro	380	-
Profundidade útil do assento	milímetro	400	420
Faixa de regulagem	milímetro	50	-
Distância entre a borda anterior do assento e o eixo de rotação	milímetro	270	-
Ângulo de inclinação do assento	grau	-2°	-7°
Extensão vertical do encosto	milímetro	320	-
Altura do ponto X do encosto (intervalo de regulagem)	milímetro	170	220
Altura da borda superior do encosto	milímetro	360	-
Largura do encosto	milímetro	305	-
Raio de curvatura do encosto	milímetro	400	-
Faixa de regulagem de inclinação do encosto	grau	15°	-
Altura do apóia-braço	milímetro	200	250
Distância interna entre os apóia-braços	milímetro	460	-
Recuo do apóia-braço	milímetro	100	-
Comprimento do apóia-braço	milímetro	200	-
Largura do apóia-braço	milímetro	40	-
Projeção da pata: para cadeira com rodízios	milímetro	-	415
Número de pontos de apoio da base	-	5	-

NOTA - Nas variáveis que possuem intervalos de regulagem, as dimensões poderão ser excedidas pelo fabricante, desde que os valores mínimo e máximo estejam incluídos na faixa de regulagem.

ASSENTO/ENCOSTO

Estrutura interna moldados anatomicamente dentro das normas de ergonomia, sendo o assento fabricado em madeira compensada de 12mm no mínimo e o encosto em polipropileno injetado de alta resistência. A fixação do assento na base da cadeira é feita através de "rebite tubo ferro zincado" 6x14,5mm cravados na madeira compensada passante de um lado para outro do mesmo e fixada através de parafusos cabeça sextavada M6X20. A união do assento e do encosto da cadeira, se fará através do mecanismo de regulagem de inclinação do encosto, que proporcionará maior conforto ao usuário, possuindo paradas com faixa de inclinação da posição em no mínimo 23° travando o mesmo na melhor posição de uso, que também poderá ser utilizado como movimento livre sobre constante pressão.

ASSENTO/ENCOSTO: ESTOFAMENTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

Produzidos em espuma injetada de poliuretana flexível de no mínimo 40mm de espessura moldada sobre pressão com densidade entre 50/60 Kgm³ expandida em água, método este que elimina o uso de solventes tóxicos, garantindo assim maior qualidade e resistência.

CONTRA ASSENTO E CONTRA ENCOSTO

Providos de capa protetora em polipropileno injetado na cor preta, com borda protetora fundida no próprio material determinando o acabamento e proteção das bordas tanto do encosto como do assento com no mínimo 2mm de espessura.

REVESTIMENTO

Em couro sintético ou tecido 100 poliéster na cor preta.

MECANISMOS DE REGULAGENS

A cadeira deverá conter as seguintes funções:

Regulagem de altura do assento através de pistão à gás. Regulagem de inclinação do encosto colocando o usuário na melhor posição sem com isto desprotegê-lo das funções ergonômicas travando na melhor posição; além destas funções a cadeira deverá apresentar regulagem de altura do encosto.

CARACTERÍSTICAS

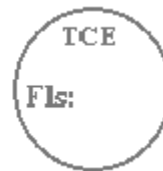
Os mecanismos deverão ser fabricados com materiais de alta performance, como aço e nylon reforçado que proporcionam a confiabilidade, a resistência e a segurança exigida nas normas e padrões internacionais da ABNT, confeccionados em chapa de aço (corpo) 3,42 mm mínimos e que apresentem cortes a laser. Todos os pistões utilizados serão a gás e que atendam às normas internacionais de qualidade e segurança, ISO 9001/DIN. Constituído por um suporte em chapa de aço de 1,9mm, protegido por tubo industrial de 2" com 1, mm mínimos de espessura e capa telescópica injetada em polipropileno.

PATAS

05 (cinco) hastes em nylon 6.6 mínimo, reforçada com 25% de fibra de vidro apresentando parte superior corrugada, e parte inferior com 06 (seis) gomos com ranhuras de travamento da pata em forma de um X interligando o eixo central da pata a base com resistência a no mínimo 700Kg de carga, proporcionando maior resistência e melhor acabamento. Possuindo cinco rodízios de duplo giro, injetados em polipropileno copolímero proporcionando maior resistência à abrasão.

ESTRUTURA DO ENCOSTO

Haste do encosto em tubo de aço industrial oval de no mínimo 20x45mm, 1,5mm de espessura encaixado em um tubo 24x49mm de espessura mínima, que ligará o assento ao encosto por meio de uma chapa de aço com n mínimo 2mm de espessura dobrada em forma de dobradiça travada ao tubo por meio de um pino metálico zincado, na parte interna da dobradiça deverá conter uma borracha flexível para absorver o impacto da inclinação do encosto protegido por capa de poliestireno de alto impacto encaixada no pino metálico. Na parte superior do tubo 24x49 deverá ter uma ponteira de proteção em nylon para evitar o desgaste dos tubos, tubo 24x49 soldado a uma chapa de aço dobrada em forma de C travada ao suporte do assento por meio de pinos metálicos zincado. Na chapa de ligação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Licitação

deverá ter 06 chapas mola zincada e uma mola de pressão em forma de dobradiça que serve para sustentar e travar o mecanismo de regulagem do encosto fixadas pelos pinos de travamento, tencionado por uma borracha de alta resistência. No tubo 24x49 em sua parte central deverá ter um mecanismo de regulagem da altura do encosto acionado por um botão de pressão.

SUPORTE DO ASSENTO

Em chapas independentes de aço nº 12 dobrada em forma de haste com no mínimo 210x30mm distanciadas entre si em no mínimo 170mm soldadas numa base da mesma chapa dobrada em forma de C. Todas as peças deverão ser unidas por meio de solda mig. Centro da base medindo 50mm de altura e 50mm de largura por 300mm de comprimento mínimo que receberá através de encaixe a coluna central de tubo trefilado 02 (duas) chapas 16.

ACABAMENTO

Todas peças metálicas usadas na fabricação, recebem acabamento com banho desengraxante a quente por meio de imersão em vapor de percloro, na temperatura de 120° C e tratamento antiferruginoso (desengraxante, decapagem e fosfatização) de proteção, recebem pintura pelo sistema eletrostática em tinta eletrostática epóxi-pó com polimerização em estufa na temperatura de aproximadamente 210°C. Na cor a escolher.

LOTE II - CADEIRA EMPILHÁVEL

OBJETO: CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, PARA LEITURA, EM COMPENSADO CURVADO

ESTRUTURA

Estrutura em tubo de aço cromado 5/8, parede de 1,5 mm,

Parafusos auto atarrachantes, cabeça Philips zincados.

ASSENTO CONCHA

Assento / encosto em compensado multilaminado curvado, espessura de no mínimo 0,95 mm e com acabamento laqueado.

LOTE III - MESA DE LEITURA

OBJETO: MESA REDONDA PARA LEITURA

ESPECIFICAÇÃO

Redonda, para 04 (quatro) pessoas, medida mínima 80 cm de diâmetro e altura 75 cm, com estrutura em tubo de aço com acabamento cromado tampo em MDF (Médium Density Fiberboard) laminado(curupixá) tingido com acabamento em verniz polituretano na cor marrom escuro.

Divisão Administrativa do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, Goiânia, em 09 de janeiro de 2008.

CARLOS AUGUSTO QUINTA
DIRETOR



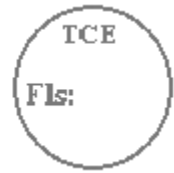
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Presencial __/____

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do §4º do citado artigo.

....., em de de 2008.

Representante Legal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO III

PLANILHA MODELO DE CREDENCIAMENTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL n.º _____ / _____
PROCESSO n.º _____
OBJETO: _____

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º.....DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital acima referido.

_____, ____ de _____ de _____

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO V
PLANILHA MODELO DE PROPOSTA

NOME:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PROCESSO:
PREGÃO PRESENCIAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

LOTE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I – CADEIRA ERGONÔMICA	180		
II – CADEIRA EMPILHÁVEL	08		
III – MESA DE LEITURA	02		

A licitante declara que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

_____, em ___ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, XXXIII, CF

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º.....DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e Data:
Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL n.º ____ / ____ / ____
PROCESSO n.º ____ / ____
OBJETO: _____

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

- a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
- c) Estar impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do art. 55, inc. XIII da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigida no edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação
ANEXO VIII
CARTA-CONTRATO

CARTA-CONTRATO N.º/2008-PR

CARTA-CONTRATO DE FORNECIMENTO entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás – **TCE/GO** e a firma

CONTRATANTE:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 02.291.730/0001-14, situado em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, à Praça Cívica, nº 332, Centro, representado por seu Presidente Dr. **EDSON JOSÉ FERRARI**.

CONTRATADA:

empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____,

Com fundamento nas disposições da Lei federal nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666 de 21/06/93, no Edital Pregão Presencial nº 014/2007, no ato homologatório assinado em pelo Sr. Presidente do **TCE**, tudo constante do Processo nº **200700047003467**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de **180 (cento e oitenta) cadeiras ergonômicas - Lote I, 08 (oito) cadeiras empilháveis - Lote II e 02 (duas) Mesas de Leitura, redondas para 04 (quatro) pessoas - Lote III, conforme especificado no termo de referência – Anexo I e do edital de pregão presencial nº 014/2007**, conforme planilha anexa onde constam indicadas as especificações, preços, quantidade e qualidade:

1.1. PRAZO DE ENTREGA E DE PAGAMENTO

Os itens objeto deste contrato deverão ser entregues no máximo em 15 (quinze) dias do recebimento da Nota de Empenho. O pagamento será efetuado depois do recebimento da fatura/nota fiscal devidamente atestada pela Divisão Administrativa.

1.2. LOCAL DA ENTREGA

Os itens objeto deste contrato deverão ser entregues na sede do TCE – Praça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 332 - Centro Goiânia – Goiás, Bloco A – 1º Andar – Divisão Administrativa;

2. PRAZO DE GARANTIA

A garantia dos materiais permanentes deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- cumprir fielmente condições constantes do edital e seus anexos;
- aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25 % do valor inicial atualizado contratado;
- prestar assistência técnica durante o período de vigência da garantia aos defeitos e incorreções decorrentes do uso regular do produto;
- substituir o bem em caso de dano insanável proveniente de defeito não ocasionado pelo uso regular do produto.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- disponibilizar pessoal para o recebimento dos bens no dia e hora pactuados;
- efetuar o pagamento após o recebimento das respectivas notas fiscais dos bens, no prazo pactuado;

5 – DAS PENALIDADES

5.1 – Pelo descumprimento injustificado das condições do contrato ou pela inexecução das condições de fornecimento estipuladas no edital e seus anexos, **em especial quanto ao**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Licitação

prazo de garantia dos bens, a Contratada ficará sujeita, conforme a gravidade do ato, às seguintes penalidades:

- a) advertência, nos casos de menor gravidade;
- b) multa, na forma do item 5.2;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o TCE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem ou motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que acontecerá sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos. Aplicável em ocorrências de denotem dolo no atraso ou inexecução do contrato, fraude, falsidade documental, desinteresse ou qualquer atitude inidônea do contratado na execução do contrato ou durante a licitação;
- e) impedimento para licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, na forma do art. 7º, da Lei 10.520/2002. Aplicável em ocorrências de denotem dolo no atraso ou inexecução do contrato, fraude, falsidade documental, desinteresse ou qualquer atitude inidônea do contratado na execução do contrato ou durante a licitação.

5.2. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) recusa injustificada do licitante vencedor em cumprir as condições pactuadas no que diz respeito à garantia dos bens adquiridos: 10% (dez por cento) do valor dos bens.

5.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

5.4 - As multas deverão ser recolhidas na conta bancária do TCE a ser informada, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo o TCE descontá-las, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente, caso existam.

5.5. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuadas as perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

5.6 - A contratada, se não puder cumprir os prazos estipulados para o fornecimento total ou parcial, do objeto desta licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

5.7 A aplicação da penalidade ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

GABINETE DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em

Conselheiro EDSON FERRARI
PRESIDENTE DO TCE
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____